

Ata da 49ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia,

em 03 de outubro de 2013.

Presidência do Senhor Deputado Joseildo Ramos, *ad hoc*. À hora marcada, o Sr. Presidente e proponente do evento, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão **em comemoração aos 25 anos da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (05 de outubro de 1988)**. Compuseram a Mesa dos trabalhos: o Vereador Waldir Pires, Governador da Bahia na época da Assembleia Nacional Constituinte; a Senadora Lídice da Mata; o Deputado Zé Raimundo, membro da Comissão de Constituição e Justiça da Casa; a Procuradora-geral de Justiça Adjunta, Sara Mandra; a Defensora Pública Vitória Beltrão Bandeira; o Conselheiro da OAB, Maurício Vasconcelos, representando o Presidente da OAB-BA; O Juiz Federal Saulo Casali, membro do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e o Diretor da Faculdade de Direito da UFBA, Celso Castro. Após a execução do Hino Nacional na voz do Sr. Marízio França (voz e violão), o Deputado Joseildo Ramos, ao celebrar um quarto de vida da Carta Magna, disse que, em uma conjuntura de intenso processo político e de demandas dos diversos setores sociais (a exemplo dos movimentos pela anistia e pelas eleições diretas) a Assembleia Constituinte consolidou-se em um processo de luta de classes pela redemocratização e formulação da Lei Maior, destacando o papel do saudoso Presidente da Constituinte, Deputado Ulisses Guimarães, para garantir que todos os grupos sociais fossem ouvidos. Nesse contexto, nasceu a nova Constituição com as inovações do constitucionalismo social do pós-guerra, prestigiando a constitucionalização do direito, a valorização dos direitos sociais e o humanismo, tornando o Estado o garantidor dos direitos e garantias fundamentais do cidadão e, por isso mesmo, foi denominada de Constituição Cidadã. Asseverou que o grande desafio é tornar integralmente efetivo todo o texto constitucional, particularmente no campo da ampliação da inclusão social e da redução da pobreza. O parlamentar asseverou também que celebrar a Constituição é defender a reforma política, "a mãe de todas as reformas", para atender às mudanças exigidas nas manifestações que eclodiram nas ruas de todo o País no mês de junho e fortalecer a participação direta da população. Por fim, homenageou "os companheiros que lutaram bravamente para que o estado democrático do Brasil fosse retomado". O Juiz Saulo Casali frisou que a nova Ordem Jurídica proporcionou ao cidadão novas dimensões e o tornou o elemento central. A propósito, destacou a participação ativa do então Deputado Ulisses Guimarães, que a chamou de Constituição Cidadã, e lembrou as palavras proferidas por aquele parlamentar no dia da promulgação da Carta Magna: "Chegamos! Esperamos a Constituição como o vigia espera a

aurora. Bem-aventurados os que chegam. Não nos desencaminhamos na longa marcha. Não nos desmoralizamos, capitulando ante pressões aliciadoras e comprometedoras. Não desertamos. Não caímos no caminho. [...] Muda Brasil!”. Detalhou o processo de elaboração e instalação da Assembleia Constituinte (Emenda nº 26/1985), bem como a formação do texto constitucional, frisando a colaboração da sociedade civil organizada, ao tempo em que mostrou as diferenças fundamentais entre esta e todas as Constituições anteriores, além de compará-la com as Leis Magnas de outros países, a exemplo dos Estados Unidos. Advertiu para a necessidade de se fazer mais uma reforma previdenciária, bem como as reformas política e tributária, as duas mais importantes para o País. Nesse ínterim, defendeu a discussão do parlamentarismo e a revisão do modelo de federalismo brasileiro, visando a distribuição dos recursos e das responsabilidades entre os entes federativos. Fez referência à Constituição Baiana de 1989, que foi limitada pelo princípio do paralelismo, havendo mais artigos inconstitucionais (26 Adins) do que emendas ao texto original (17). Finalizou, desejando vida longa à Constituição. A Senadora Lídice da Mata apresentou o testemunho histórico de quem participou da elaboração da Constituição Federal como deputada constituinte. Relembrou que a Assembleia Constituinte surgiu de uma decisão do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), através de uma Emenda à Constituição que estabeleceu as eleições diretas, advertindo que parte da esquerda se posicionou contra a constituinte por entender que as forças de reação determinariam o texto final. Entretanto, a nova Lei Maior resultou de negociações e acordos e da participação da sociedade brasileira e, desde o início, teve vinculação com a ideia de liberdade política e de participação popular e, por isso mesmo, expressou as marcas dos direitos do cidadão. A propósito, elencou algumas das conquistas: direitos para os homossexuais, quatro meses de licença-maternidade e a jornada de seis horas para o turno ininterrupto, a exemplo do Polo Petroquímico. Passados 25 anos a Carta Magna ainda consegue ser moderna e atender às reivindicações das ruas, muito embora o momento estivesse exigindo as reformas política e tributária para, respectivamente, fortalecer a democracia, evitando a fragmentação partidária, e descentralizar os recursos da União para as bases dos municípios e dos estados. Com relação ao federalismo, lembrou a proposta do constituinte Raul Ferraz, de Vitória da Conquista, que propôs a extinção do federalismo brasileiro. A Defensora Vitória Beltrão, recordando que o constituinte Ulisses Guimarães na conclusão dos trabalhos da Constituição Cidadã disse que “A governabilidade está no social. A fome, a miséria, a ignorância, a doença inassistida são ingovernáveis”, frisou que o Ordenamento Jurídico veio, antes de tudo, socorrer a população que chamamos de “invisível”, ao elencar direitos e garantias como forma de reconhecer legítima a existência do estado democrático de direito. Nesse sentido, destacou que a Defensoria Pública democratiza o acesso das pessoas em condições de vulnerabilidade ao sistema de Justiça e a Constituição os instrumentalizou com as armas para buscar a concretização das garantias e direitos fundamentais desses cidadãos. Concluiu,

parabenizando “os nossos constituintes pela Carta Magna [...], com valores supremos de uma sociedade moderna”. O Vereador Waldir Pires, afirmando que a Constituição de 1988 “é a melhor que o Brasil já elaborou e implantou”, narrou os fatos que ocorreram em 1964 e desencadearam o golpe de estado, destacando a última mensagem que fizera para manter a democracia e as instituições, bem como a saída dele e de Darcy Ribeiro do Palácio do Planalto antes que os militares ocupassem o poder por mais de 20 anos. A propósito, relatou as experiências que viveu no exílio, onde, graças à habilidade da esposa Iolanda pode conviver com a família, bem como sobre o retorno ao Brasil, época em que a constituinte e a anistia eram palavras de ordem no País. Explicitou sobre o processo político que gerou a primeira Constituição do Brasil que “diz o que é construir a democracia e é o instrumento para isso”, a primeira a se abrir para falar do valor social do trabalho, um exemplo que merece todo o respeito e a vontade do povo brasileiro para aperfeiçoá-la e construir a liberdade dentro do conceito social da dignidade humana. Finalizou, citando o ex-presidente Abraham Lincoln para definir a democracia como “o governo do povo, pelo povo e para o povo”, que não seja apenas o exercício da liberdade, porque o conceito social da democracia é fundamental. Os componentes da Mesa dos trabalhos foram agraciados com uma placa comemorativa pelos 25 anos da promulgação da Constituição Cidadã. O Sr. Presidente, em nome do Poder Legislativo, agradeceu a presença de todos e, após a execução do Hino da Bahia na voz do Sr. Marízio França, encerrou a Sessão.

PRESIDENTE –

1º SECRETÁRIO –

2º SECRETÁRIO –